

**Perspectivas políticas sobre migração e imagem:
olhares a partir da antropologia visual¹**

**Suzana Ramos Coutinho
PUC-SP/ Mackenzie**

Palavras-chave: Migração; Imagem; Cidadania Visual; Políticas públicas; Ilegal.

1. INTRODUÇÃO

O deslocamento enquanto fenômeno coletivo e individual é um movimento com diferentes etapas e perspectivas que, dependendo dos interesses temáticos das várias disciplinas que o elegem como objeto de estudo inclui, conforme Santos, Petros e Loureiro (2014, p. 11) três possíveis abordagens: a) a emigração (ou as múltiplas condições sociais, políticas, econômicas, etc. e que motivam o deslocamento), b) as questões sociais decorrentes do estabelecimento temporário ou definitivo em outro país e c) os desdobramentos através da obtenção de novos espaços (inclusive na arena política) objetivando a “integração numa outra sociedade e/ou construindo a diferença cultural (etnicidade) e formas de pertencimento coletivo que podem produzir debates, antagonismos e desigualdades sociais” (2014, p. 11).

Como debate acadêmico, o tema da migração é atual, complexo e amplamente debatido. Enquanto alguns estudiosos se concentram no impacto econômico e cultural da migração (Eckstein e Najam 2013), outros se concentram na ideia de fronteiras e limites políticos (De Genova, 2017), políticas de migração institucionais (Boswell e Geddes, 2011), direitos humanos (Gammeltoft-Hansen e Vedsted-Hansen, 2017) e também na relação entre migração e religião (Connor, 2014). O aumento dos fluxos migratórios nas últimas décadas

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022

tem trazido muitos desafios para as sociedades no mundo inteiro, refletindo nas sociedades a intensificação da diversidade cultural e a reconfiguração das culturas.

Apesar de tantas categorizações, é preciso apontar que os Estados Nacionais têm tratado, invariavelmente, as migrações internacionais de forma generalista, sem considerar os elementos específicos e individuais que as motivaram, fazendo com que muitos solicitantes de refúgio, por exemplo - que utilizam os mesmos mecanismos e rotas dos migrantes voluntários, econômicos, entre outras categorias - sejam prejudicados no acesso ao reconhecimento de seus direitos. Esta realidade, aponta Silva, Bógus e Silva (2017), tem influenciado os debates sobre os fluxos migratórios tanto na academia como nos órgãos protetivos e de promoção de ações para estes grupos. Os autores alegam que desde a segunda metade do século XX, os estudos sobre as migrações alertam para a complexidade da questão social que envolve o tema e para o fato de que sua análise e compreensão não poderiam partir apenas de um viés cognitivo.

Mas o cenário da migração é desafiador não somente pelos fatores mencionados acima. A formação de identidades diferenciadas em contextos migratórios e as especificidades culturais acarretam problemas políticos e culturais e apontam para o confronto entre concepções plurais e homogêneas de sociedade. “Há, de fato, uma dimensão cultural (que pode ou não ser expressa na forma de etnicidade) que põe em evidência a importância das políticas de identidade e os interesses nacionalistas mesmo diante do impacto da globalização econômica” (Santos, Petrus e Loureiro, 2014, p. 11).

As migrações internacionais produzem minorias – um termo que desde a sua formação nas ciências sociais indicou a dimensão política decorrente do reconhecimento de grupos diferenciados dentro do estado-nação. Assim, “desde o início dos grandes movimentos migratórios no século XIX, a imigração está associada a conflitos de diversas naturezas e, aos poucos, deixou de ser tratada exclusivamente como um problema de inserção social ou de assimilação” (Santos, Petrus e Loureiro, 2014, p. 10). As questões e problemas sociais decorrentes do estabelecimento do imigrante em outro país suscitam conflitos no que diz

respeito à ideia de nacionalidade e acaba por revelar, deste modo, novos desdobramentos em diferentes espaços (como a arena política, religiosa etc.).

Em um contexto social tão conturbado, a imagem se mostra instrumento/recurso analítico para o entendimento do fenômeno proposto. Como entender a relação entre visibilidade e o político no discurso público sobre migração? Como podemos representar visualmente pessoas que são barradas dos seus direitos de representação (política, religiosa, identitária) e como essas representações visuais podem ganhar destaque político? Esta percepção pública sobre o tema, segundo Köhn (2016, p. 4), é profundamente formatada pelas representações da mídia. Neste sentido, as imagens têm se tornado uma parte integral e relevante no processo de regulação de políticas migratórias: as imagens ajudam a produzir as categorias de “legalidade” e “ilegalidade”, elas reforçam estereótipos e mobilizam convicções políticas.

No contexto deste artigo, me utilizarei da perspectiva teórica de diversos autores para trazer luz ao debate aqui proposto, que visa não apenas pensar – mas problematizar os fluxos migratórios à luz do entendimento do papel político da imagem neste contexto. Primeiro busco apresentar uma visão panorâmica do debate, reunindo autores relevantes que têm estabelecido relações entre a questão migratória e como este processo é construído e reforçado pelas imagens. Através da revisão da literatura, busco mostrar como as abordagens vigentes ofereceram uma iconologia crítica dos estereótipos visuais e clichês nos quais a migração é frequentemente retratada, reiterando os pressupostos que essas representações implicam e exploram as práticas de exclusão social nelas inscritas. Segundo, busco desenvolver uma reflexão teórica à luz do conceito de cidadania visual, proposta por Ariella Azoulay (2008; 2012). Partindo do entendimento de que a cidadania depende de um processo contínuo de reconhecimento entre os cidadãos e um poder governante, discuto nesta sessão a possibilidade de pensarmos o conceito de cidadania visual como uma saída para a “tirania da vitimização” como estratégia política.

2. MIGRAÇÃO E IMAGEM: PROBLEMATIZAÇÕES E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Migrações contemporâneas são, em grande parte, produzidas e formatadas pelas demandas de um capitalismo globalizado que é ambíguo e contraditório em sua natureza. Esta complexidade tem revelado que as análises e descrições sobre a mobilidade humana têm sido insuficientes. Alguns autores – Köhn, 2016; Jameson, 1992, entre outros – têm apontado que já não podemos mais pautar o debate partindo de categorias que explicam a mobilidade de indivíduos a partir de orientações individuais. “Como os mecanismos e dinâmicas do capitalismo global não são visíveis, eles se apresentam como um problema de representação fundamental” (JAMESON, 1992, p.2). Compartilho da perspectiva de Jameson (1992) sobre o problema da representação, e sugiro um passo além: é preciso descolonizarmos o debate e também o olhar, entendendo que as grandes narrativas ocidentais migratórias precisam ser repensadas diante de um mundo com realidades cada vez mais complexas.

A imagem, no contexto desta discussão, não é pensada como um “veículo” que dá publicidade e faz referência ao imigrante e sua experiência vivida, dando destaque ou revelando o fenômeno. A proposta aqui é pensar o fenômeno migratório com a ajuda das imagens, à luz delas. A proposta é unir a prática visual à reflexão teórica. À medida que experimentamos o mundo através de representações e retóricas visuais, o ato de ver e tornar visível assume extrema relevância teórica e política (KÖHN, 2016, p. 4). A retórica visual, neste contexto, está focada no entendimento do modo como as imagens comunicam, como elas funcionam em um ambiente social e cultural, e como elas incorporam significados. No contexto da mídia, imagens são vistas primeiramente como veículos de informação sobre eventos mundiais importantes, mas muitas vezes a estrutura dos meios de comunicação e as expectativas do leitor tornam a questão mais complexa. É preciso considerar as imagens veiculadas em meios de comunicação como parte de uma intrincada rede pertencente a um fenômeno cultural. A retórica é usualmente considerada como uma chave de persuasão, classicamente utilizada para nos convencer sobre um ponto de vista (na era moderna, muito utilizada para o convencimento de compra). No entanto, podemos considerar que a retórica também tem um papel importante na formação da identidade comunitária e na capacidade de reforçar crenças e estereótipos (WRIGHT, 2016, p. 318).

A imagem aqui se apresenta como objeto de reflexão sobre a responsabilidade de desconstruir estes estereótipos, buscando novas e transformadoras formas de visibilidade que não reproduzam meramente o discurso visual do governo ou dos meios de comunicação de massa, mas “desafiar a ordem política estabelecida revelando o que propositadamente e deliberadamente escondido, articulando o que ainda não foi dito e sugerindo alternativas viáveis ao status quo”. (KÖHN 2016, p. 4). As representações dos pesquisadores sobre a migração, no entanto, ainda esbarram no discurso distorcido produzido pela mídia. As grandes corporações midiáticas frequentemente produzem uma imagem ideológica e distorcida da migração que acabam influenciando inclusive o debate político. O desafio dos pesquisadores é não somente implementar um modo de produção de conhecimento não hierarquizado que se aproxime das experiências subjetivas destes migrantes, mas também “é preciso produzir um discurso deliberado que atenda a realidade vivida pelos migrantes” (KÖHN, 2016, p. 8).

É importante destacar que somente recentemente cientistas sociais têm começado a participar da expansão de circulação de representações midiáticas da migração. Alan Grosman e Aine O'Brien (2007, p. 6) foram os autores que primeiro forneceram uma visão mais geral deste campo, exaltando a prática da mídia como facilitadora de um entendimento mais profundo das condições vividas, contraditórias e muitas efêmeras que formam a vida dos sujeitos migrantes. Neste sentido, a proposta desta discussão é problematizar a imagem como um recurso de entendimento para nos trazer mais próximos da experiência migrante e como estas imagens e textos podem comunicar, ainda que parcialmente, elementos deste emaranhado de percepções nos processos de escala global.

Torna-se cada vez mais importante analisar não somente a capacidade de imagens e textos de criarem novos discursos, mas também a necessidade de examinar o contexto social e institucional restritos à sua função. É fato que o poder da mídia tem recebido pouca atenção nas pesquisas sobre a representação da migração (WRIGHT, 2002). Tomamos como exemplo a reflexão proposta por Malkki (1995, p. 9), que apontou que “retratos fotográficos de refugiados são, em nossos dias, extremamente abundantes. A maioria dos leitores provavelmente já viu essas fotos, e a maioria de nós tem um forte sentido visual de como é

‘um refugiado’”. A representação visual e textual de migrantes desempenha um papel essencial, mas negligenciado na formação do estereótipo destes grupos.

Nas ciências sociais e humanidades, de um modo geral, há uma tendência a desconsiderar o impacto político que nossas representações possam gerar. Arjun Appadurai (1988) reivindicou que não deveríamos reduzir nossos trabalhos a meras descrições do presente, e sim que imaginemos possibilidades e futuros possíveis mais do que nos submetermos a imposições de mudanças externas.

Langmann e Pick (2018) referem-se a Burgin (1982), que alega que as fotografias cativam e tornou-se quase impossível passar um dia sem ver uma fotografia. A sociedade contemporânea tem testemunhado uma explosão do visual através de fotografias e o impacto imediato e multissensorial das fotografias (SPENCER, 2011) foi reconhecido e elevado a uma posição de poder para acessar a memória cognitiva e comunicar mensagens aparentemente complexas com simplicidade visual (BELL & DAVISON, 2013). A fotografia constitui um elemento e uma forma no campo da pesquisa visual e de imagens, que são termos guarda-chuva que se referem a práticas de pesquisa conectadas que estão ligadas à aparência visual do mundo circundante (WARREN, 2005).

Nas últimas duas décadas, assistimos a uma aceleração crescente tanto da migração de pessoas como da circulação de imagens. Wright (2002, p. 53) indica o poder e o significado das imagens, e representações visuais se tornaram uma questão urgente de preocupação acadêmica, segundo o autor. Essas abordagens ofereceram uma iconologia crítica dos estereótipos visuais e clichês nos quais a migração é frequentemente retratada. Eles revelam os pressupostos que essas representações implicam e exploram as práticas de exclusão social nelas inscritas.

A maioria dos estudos que se envolvem analiticamente com a representação visual de migrantes no discurso da mídia de massa criticam o uso pesado de distorções e clichês. Terence Wright (2002), por exemplo, analisa quantas fotos de imprensa retratando migrantes referem-se à iconografia cristã para construir imagem do refugiado indefeso e vitimado.

Francesca Falk (2010) explora o tema do barco (superlotado) como uma metáfora visual e verbal no discurso sobre refugiados. Ela mostra como é frequentemente associada à invasão em campanhas políticas anti-migração. Estes e outros trabalhos como o de Kafehsy (2010) revelam como os migrantes são criminalizados ou descritos como vítimas passivas sem agência. Assim, eles visam descobrir os preconceitos, o “inconsciente” ideológico das representações dos meios de comunicação de massa.

Teun van Dijk (1999) tem explorado o campo de estudos sobre racismo e meios de comunicação, enfatizando as representações das minorias étnicas constituídas de imigrantes na mídia impressa em diversos países. O autor tem destacado o silêncio sistemático ou a subvalorização de experiências da vida cotidiana, dos papéis não estereotipados e dos êxitos e contribuições dessas minorias no campo das artes, da política e da economia em favor de imagens negativas e de uma perspectiva de criminalização das experiências migratórias como especificidades do agendamento midiático no contexto das sociedades estudadas. “Nomeados como ilegais, clandestinos, irregulares, refugiados, deportados, os imigrantes são alvos de uma semantização negativa e ‘policialesca’ que inclui intolerância, violência, desemprego, isolamento, preconceito, pobreza, condenação, fiscalização, deportação, expulsão, tráfico ou detenção.” (COGO, 2001, p. 17). Os títulos de algumas das matérias mapeadas sugerem a ênfase em uma “criminalização” em que os imigrantes, embora cheguem a ocupar a posição de sujeito, aparecem, na maioria das vezes, como “pacientes” ou “experimentadores” das ações de “outros”, geralmente as autoridades ou os aparatos policiais.

O entendimento sobre a construção de uma agenda midiática sobre a experiência migratória começa a ser construído a partir de uma aproximação empírica inicial com aquilo que Cogo (2001, p.15) vai chamar de “ofertas de sentido”. A mídia impressa se constitui, segundo ela, em esfera privilegiada de oferta de “sentidos” a autoridades, especialistas e demais atores sociais incumbidos da formulação de políticas e da tomada de decisões em diferentes campos sociais. No entanto, para Van Dijk (1999), o poder dos meios de comunicação não deve ser compreendido em termos de “efeitos” simplistas. Embora não faça uma reflexão sobre recepção, o autor argumenta que as diferenças socioeconômicas e socioculturais interferem

na forma como as pessoas interpretam, representam e avaliam as matérias jornalísticas e os eventos noticiosos e, conseqüentemente, em como formam opiniões, atitudes e ideologias diferentes. Nesse sentido, é importante ressaltar que os meios de comunicação são extensões das lutas e das partilhas simbólicas da sociedade, como lembra Maigret (2010, p. 309): “Os meios de comunicação são espaços onde atuam a formação, a reprodução e a contestação de conjunto de práticas e de crenças, misturando indissociavelmente poder e cultura, e cada um desses elementos se lê no outro.”

3. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DO DEBATE

Neste processo crítico de (des)construção de estereótipos em torno da imagem e pensando na imagem como elemento ativo nas relações sociais, o processo de visualização se torna uma interação dinâmica entre o fotógrafo, o espectador e a imagem; o significado é construído ativamente, não recebido passivamente. Barthes (1990) caracteriza as fotografias como “polissêmicas”, capazes de gerar múltiplos significados no processo de visualização. A experiência dos conflitos do nosso tempo, seja em torno de questões de autonomia, soberania ou nacionalidade, é moldada principalmente por representações visuais e grande parte da política contemporânea é, portanto, conduzida por meio da cultura visual. Reconhecendo o quanto as imagens se tornam participantes autônomas na construção do significado social, lanço mão da discussão proposta por Roland Bleiker (2012), que defende uma forma mais estética do pensamento político. O autor propõe um engajamento estético com o mundo político com base na compreensão de que fontes estéticas oferecem *insights* valiosos que outros métodos científicos de investigação são incapazes de explicar.

Os esforços para compreender o que uma fotografia representa de diferentes perspectivas ainda não produziram conclusões inequívocas (SOSZYNSKI, 2006). O atributo de representação de uma fotografia cobre uma variedade de conceitos. Langmann e Pick (2018) argumentam: “Uma fotografia pode representar uma relação: x (a fotografia) representa y (o assunto). No entanto, uma relação causal simples não consegue explicar a representação completa de uma fotografia, uma vez que está ausente de pensamento, intenção ou outros

atos mentais (SCRUTON, 1981)”. Em vez disso, uma fotografia representa um local de intertextualidade complexa com séries de textos sobrepostos, tornando-se textos-objeto com intenção e significado social (BURGIN, 1982). Essa intertextualidade relacional de uma fotografia é definida por Brummitt (1973) como representando uma comunicação. Gerhard Richter (citado em COULTER, 2013) afirma que uma fotografia não representa nada e introduz a necessidade de interpretação do observador para que a fotografia atinja um status representativo. Para Richter, as fotografias não são um meio portador da realidade, mas sim um meio que desafia o real e argumenta que a representação fotográfica está mais próxima de um enigma que precisa ser decifrado, do que de clareza e ideologia (Coulter, 2013).

Mas por que apenas determinados eventos e fotografias chamam a atenção das pessoas? Marks (2008) conceitua imagens como veículos que envolvem o passado por meio da experiência e levanta a hipótese de uma relação triádica entre imagem, experiência e informação, pela qual nós, como espectadores, desdobramos seletivamente seu significado e percebemos sua utilidade. As imagens são desdobramentos seletivos da experiência e são determinadas pela informação. Estão envolvidos pela experiência, mas também se desdobram pela experiência, que se traduz em informação, que se torna útil para o espectador (MARKS, 2008). A seleção e o desdobramento das imagens acontecem de acordo com o interesse do espectador em questão, determinando quais imagens são dignas de circulação.

Para dar continuidade a este capítulo, retomo o questionamento proposto por Köhn (2016, p. 151): “O que queremos com as imagens que criamos? O que nossas representações podem alcançar?”. O debate teórico aqui proposto levanta a questão do quanto é importante intervir no discurso atual sobre a migração e no arranjo dominante que nega aos migrantes “ilegais” sua parte no que é comum à comunidade. Busquei discutir no capítulo anterior como a representação dominante da migração na mídia de massa produz as categorias exclusivas de “legalidade” e “ilegalidade” e ainda reproduz os modos de vigilância e controle do Estado. A invisibilidade resultante dos migrantes como atores políticos e a superexposição como “alienígenas” ou “outros” os reduz efetivamente à condição de não-pessoas em relação à lei vigente.

Para compreender este emaranhado de representações visuais como processos políticos, no entanto, aponto para a necessidade não apenas de analisarmos o conteúdo discursivo dessas representações, mas também os próprios atos de visualização. Visibilidade e invisibilidade devem ser entendidas antes de tudo como modos políticos de existência, e a representação deve ser entendida também em termos visuais e políticos, lembrando sempre da relação entre visibilidade e poder. Dentro desta perspectiva, é preciso repensar as maneiras pelas quais as práticas audiovisuais medeiam a ação política (e vice-versa) e apontar para a importância de examinar os processos complexos pelos quais os migrantes “ilegais” são tornados anônimos na esfera pública e invisíveis aos olhos da lei em vigor.

Cabe aqui a utilização do conceito de “cidadania visual”, proposto por Azoulay (2012). A autora aponta que este conceito foi adotado por outros estudiosos que começaram a analisar como “as práticas audiovisuais condicionam, exacerbam, impedem ou tornam (in) consequentes os direitos, privilégios, deveres e direitos entre as pessoas que estão incluídas e excluídas, vistos e invisíveis, ouvidos e silenciados nas práticas jornalísticas, nas campanhas de ação direta, nas propagandas comerciais, no ambiente construído e assim por diante” (TELESCA, 2013, p. 339).

Azoulay (2008) propõe uma ontologia política da representação visual que promove a compreensão das imagens como agentes ativos nas relações sociais. Ao nortear seu trabalho a partir de fotografias de palestinos nos territórios ocupados por Israel, Azoulay descreve como as imagens podem oferecer um espaço de cidadania para aqueles que não pertencem ou não recebem proteção do poder soberano de um estado-nação. A autora vê um “contrato civil” inscrito na fotografia, onde o fotógrafo, o fotografado e o observador da fotografia participam. Como nenhum fotógrafo pode reivindicar a propriedade do que aparece na fotografia nem determinar seu único significado, as pessoas fotografadas podem usar sua imagem para reivindicar os direitos que lhes são negados pelo Estado. Os espectadores são tratados pela fotografia como “espectadores universais” que estão ligados em uma forma de dever cívico com o fotografado e, portanto, são convidados a assumir a responsabilidade por “testemunhar o insuportável” (2008, p. 18). A representação visual pode, portanto, oferecer àqueles que são excluídos da representação política uma primeira chance de articular as

maneiras pelas quais foram dominados. Para a autora, o indivíduo se torna um cidadão por meio da fotografia - não apenas por ser fotografado, mas em virtude de ser visível em um mundo em que a mídia visual dá reconhecimento público a potencialmente todos, em que (dada a onipresença das câmeras como ferramentas para as massas) a fotografia é sempre um “evento potencial” (2012, p. 22). A fotografia permite, assim, que os seus cidadãos se façam aparecer em público, se apresentem perante ele e dialoguem com o público através das imagens.

Na percepção de Azoulay (2012), a análise da cidadania visual requer que reconheçamos que as práticas de representação sobre direitos humanos, ação humanitária e desenvolvimento estão embutidas em histórias longas e complexas - de caridade, filantropia, colonialismo, império, missões civilizatórias, expansão capitalista, etc. - que tendem a mascarar as conexões políticas, sociais e econômicas que ligam a própria história dos espectadores com os dramas de outro lugar. A formulação de Azoulay postula que a fotografia - como um conjunto de práticas sociais - constitui um “vínculo” ou conjunto de “relações políticas” entre todas as partes envolvidas em qualquer ato fotográfico: o fotografado, o fotógrafo e o espectador. A cidadania para Azoulay nunca é uma posse ou estatuto fixo, mas depende de um processo contínuo de reconhecimento entre os cidadãos e um poder governante. A pluralidade em jogo na cidadania, que garante a igualdade entre os cidadãos e restringe o poder governante, encontra paralelo em “fotografias que trazem vestígios de uma pluralidade de relações políticas que podem ser atualizadas pelo ato de assistir, transformar e divulgar o que é visto em reivindicações que demandam ação” (2008, p. 25). O que a autora denomina de “Contrato Civil da Fotografia” é, portanto, uma (re)conceituação da cidadania pelas lentes da fotografia e uma análise da fotografia pelo enquadramento da cidadania.

Mas permanece uma questão empírica em aberto: se - ou em que medida - a cidadania visual expressa algo novo sobre o moderno. O fato de as lutas políticas serem hoje de certa forma mediadas de maneira audiovisual está ligada às conexões globais forjadas pelo comércio, tecnologia e capitalismo. Embora a capacidade de ver e ouvir sobre desigualdades não seja inteiramente nova, as velocidades que caracterizam as conexões entre estranhos comuns certamente o são. No entanto, a capacidade de reconhecer os outros e a si mesmo

publicamente pode oferecer oportunidades para que as crises sejam deliberadas, tanto quanto pode excluí-las. Por uma questão de bom senso, as crises devem ser tornadas públicas para o desenrolar da ação política, mas o trabalho real de tornar o público audiovisual não é fácil: o trabalho da representação está vinculado a processos sociais, políticos e econômicos complexos que são variáveis, historicamente contingentes e culturalmente circunscritos.

Essas análises oferecem múltiplos pontos de partida sobre o significado e a prática da cidadania visual. Afinal, o que pode ser mais produtivo sobre a cidadania visual é que talvez nenhuma dessas análises estejam certas. O que significa ser um cidadão visual - para quem é visto, para quem testemunha o que é visto e para quem captura o que é visto em público? Cidadania visual significa o quê? Para quem? Para o fotógrafo, para aqueles que testemunham à distância o fotografado e o espacialmente organizado, ou para aqueles cuja vida é perpetuamente fotografada e espacialmente organizada por outros? Em que circunstâncias as pessoas em crise são vistas - mas não ouvidas - em público? De que forma as práticas visuais condicionam quem pertence e quem não pertence a uma comunidade política? Como a participação em uma comunidade política é realizada audiovisualmente ou por meio das mídias sociais?

A sugestão aqui proposta é que a cidadania visual pode oferecer uma saída para a “tirania da vitimização” como estratégia política. É importante pontuar que o rótulo de “vítima” não é apenas uma construção social ou uma questão de representação, mas refere-se materialmente a como os recursos são alocados e como a justiça é feita. O repórter, o juiz e o administrador de uma agência de cuidados derivam muito de sua autoridade de sua capacidade de determinar quem é digno de atenção, compensação e ajuda. Mas uma vítima como uma categoria de pessoa é feita intersubjetivamente, audiovisualmente, em contextos sociais - não de forma isolada - e esse status depende e é legitimado por outras pessoas mais poderosas. Surge um curioso paradoxo: embora a imagem da vítima sofrendo possa suscitar apelos à ação, ao mesmo tempo seu uso retórico pode manter o *status quo*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convite para se envolver com a análise da cidadania visual requer que reconheçamos que as práticas representacionais sobre direitos humanos, ação humanitária e desenvolvimento estão embutidas em histórias longas e complexas - de caridade, filantropia, colonialismo, império, missões civilizatórias, expansão capitalista e assim por diante - que tendem a mascarar as conexões políticas, sociais e econômicas que ligam a própria história dos espectadores com os lamentáveis de outro lugar. A cidadania visual requer que entremos em conversa uns com os outros, pois todos nós compartilhamos vivências e cotidiano e estamos implicados pela força mediadora da própria mídia. Como cidadãos visuais, devemos trabalhar para não sacrificar a história, a política e a agência às formas redutoras de representação.

Compartilho da percepção de Köhn (2016) de que a existência de migrantes na esfera pública é constituída por uma dialética da in/visibilidade, do encobrimento e da exposição. A visibilidade proeminente que os migrantes recebem na mídia como estereótipos os torna efetivamente invisíveis como indivíduos. “Além disso, existe uma ligação perturbadora entre as representações da mídia e a política do estado de vigilância e controle de migrantes. Sua visualização é, portanto, potencialmente perigosa para muitos migrantes, pois entra em conflito com sua necessidade de permanecer invisíveis” (KÖHN, 2016, p. 31).

A discussão aqui proposta buscou colocar luz sobre as maneiras pelas quais as práticas audiovisuais condicionam, exacerbam, impedem ou tornam (in)consequentes os direitos, privilégios, deveres e prerrogativas entre as pessoas que são incluídas e excluídas, vistas e invisíveis, ouvidas e silenciadas nas práticas jornalísticas, nas campanhas de ação direta, nas propagandas comerciais, no ambiente construído e assim por diante. Uma cidadania imaginada audiovisualmente é uma força ativa na vida política, uma importante habilidade cívica, uma forma como as pessoas são representadas pelo e para o governo.

Reitero a necessidade de repensarmos as formas como as práticas audiovisuais medeiam a ação política, de modo que em sua construção aprimorem nossas análises sobre as

condições que organizam e moldam nossas categorias de compreensão sobre nós mesmos e os outros como cidadãos. Está em jogo a necessidade de elaborar uma ideia de cidadania como operante e experimentado para além das questões. Afinal, muito do que sabemos sobre as relações entre cidadãos - e entre cidadãos e não cidadãos - acontece à distância, entre estranhos comuns, audiovisualmente. O que vemos e ouvimos, como vemos e ouvimos, de acordo com quem e onde condicionam as possibilidades de como as pessoas em crise debatem significativamente sobre como são governadas.

Os modos de representação de grupos não privilegiados os tornam sem agência nos discursos de direitos humanos, humanitarismo e desenvolvimento. “As vítimas aparecem despolitizadas, deshistoricizadas, infantilizadas, racializadas, sexualizadas, retratadas em massa, sem nomes, opiniões, parentes, filiações partidárias ou passados.” (TELESCA, 2013, p. 341). Com base nessas descrições, a cidadania visual nos serve aqui como um conceito organizador que questiona o que está acontecendo na participação dessas representações. E mais: propõe uma maneira de rastrear, capturar e incorporar os pressupostos, as lógicas e as “curiosas idiossincrasias sobre o fato de que as pessoas estão situadas de forma diferente como participantes e observadores nas lutas políticas, vistos e ouvidos, ou não.” (TELESCA, 2013, p. 342). O conceito também levanta questões sobre como atribuir papéis, regras e modos de participação na vida política que correspondem a várias formas de percepção, ou o que é apreendido pelos sentidos.

Busquei neste artigo problematizar como a representação dominante da migração na mídia de massa produz as categorias exclusivas de “legalidade” e “ilegalidade” e ainda reproduz os modos de vigilância e controle do Estado. A invisibilidade resultante dos migrantes como atores políticos e a superexposição como “alienígenas” ou “outros” os reduzem efetivamente à condição de não-pessoas em relação à lei vigente. É preciso pensar na elaboração e oferecimento de outras perspectivas sobre a migração além das visões econômicas ou funcionalistas que dominam o debate político.

Busco em Appadurai (2013) uma reflexão final que compõe outras tantas sensibilidades no contexto desta pesquisa. O autor distingue entre uma ética da probabilidade e uma ética da

possibilidade na orientação da humanidade para o futuro. A ética da probabilidade para o autor se manifesta nos “regimes modernos de diagnóstico, contagem e contabilidade”, enquanto a ética da possibilidade aumenta nossos horizontes de esperança e “expande(s) o campo da imaginação” (2013, p. 295). É nessa ética da possibilidade que ele fundamenta nosso compromisso ético como pesquisadores. O atual regime que conduz os movimentos migratórios é um exemplo claro de uma ética preocupada apenas com a probabilidade, com a gestão dos “números”. No entanto, também é possível considerar a migração da perspectiva da ética da possibilidade: um movimento social que reconfigura fundamentalmente o político. Nossas representações enquanto pesquisadores podem se tornar espaços privilegiados onde dois mundos podem ser colocados um no outro: o mundo como ele é; moldado pelas estruturas de desigualdade, e um mundo que poderia se transformar em algo melhor.

Encerro este texto compartilhando da perspectiva de Grau e Hinterwaldner (2021, p. 10), que oferecem a ideia contemporânea de uma perspectiva iconográfica que seja política, especialmente quando chama a atenção do leitor para o papel que a fotografia passa a desempenhar cada vez mais na atualidade a respeito das questões sociopolíticas de hoje, como as migrações humanas.

5. REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Putting hierarchy in its place. **Cultural anthropology**, 3, 1, pp. 36-49, 1998.

APPADURAI, A. **The Future as Cultural Fact: Essays on the Global Condition**. London: Verso, 2013.

AZOULAY, A. **The Civil Contract of Photography**. Cambridge: MIT Press, 2008.

AZOULAY, A. **Civil Imagination: A Political Ontology of Photography**. London and New York: Verso, 2012.

BARTHES, R. **O Óbvio e o obtuso: ensaios sobre fotografia, cinema, teatro e música**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s1990.

BELL, E., & DAVISON, J. Visual management studies: Empirical and theoretical approaches. *International Journal of Management Reviews*. 15(2), 167–184. 2013.

BLEIKER, R. **Aesthetics and World Politics**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

BOSWELL, C. e GEDDES, A. **Migration and Mobility in the European Union**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BURGIN, V. Looking at photographs. In: BURGIN, V. (Ed.) **Thinking photography**. Vol. 1, pp. 142– 153, Vol. 2. 1982.

BRUMMITT, W. **Photography is...** New York: Amphoto, 1973.

COGO, D. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. **Comunicação e Informação**, v. 4, n. 1/2, p.11-32, jan/dez. 2001.

CONNOR, Phillip. **Immigrant Faith: patterns of immigrant religion in the United States, Canada and Western Europe**. New York: New York University Press, 2014.

COULTER, G. Gerhard Richter's use of photography to challenge our understanding of the real. *International Journal of Arts and Commerce*, 2(10), 83–92. 2013.

DADOS, N. Liminal transformations: Folding the surface of the photograph. *Conserveries mémorielles*. **Revue transdisciplinaire**, 7, 1–16. 2010.

DE GENOVA, N. (ed). **The Borders of “Europe”: Autonomy of Migration, Tactics of Bordering**. Durham: Duke University Press, 2017.

ECKSTEIN, S. e NAJAM, A. **How Immigrants Impact Their Homelands**. Durham: Duke University Press, 2013.

FALK, F. Invasion, Infection, Invisibility: An Iconology of Illegalized Immigration. In: BISCHOFF, C., FALK, F. and KAFEHSY, S. (eds) **Images of Illegalized Immigration: Towards a Critical Iconology of Politics**. Bielefeld: Transcript, 83–100. 2010.

GAMMELTOFT-HANSEN, T. e VEDSTED-HANSEN, J. (eds.). **Human Rights and the Dark Side of Globalisation: Transnational Law Enforcement and Migration Control**. London: Routledge, 2017.

GRAU, O. e HINTERWALDNER, I. (eds). **Retracing Political Dimensions: Strategies in Contemporary New Media Art**. Berlin/Boston: Walter De Gruyter GmbH, 2021.

GROSSMAN, A.; O’BRIEN, A. (eds). **Projecting migration: transcultural documentary practice**. London: Wallflower Press/Columbia University Press, 2007.

JAMESON, F. **The Geopolitical aesthetic: cinema and Space ain the World System**. Bloomington: Indiana University Press, 1992.

KAFEHSY, S. Images of Victims in Trafficking in Women: The Euro Campaign Against Trafficking in Women in Switzerland. IN: BISCHOFF, C., FALK, F. and KAFEHSY, S. (eds) **Images of Illegalized Immigration: Towards a Critical Iconology of Politics**. Bielefeld: Transcript, 71–81. 2010.

KÖHN, S. **Mediating mobility: visual anthropology in the age of migration**. London and New York: Wallflower Press, 2016.

LANGMANN, S. & PICK, D. **Photography as a social research method**. Singapore: Springer, 2018.

MAIGRET, E. **Sociologia da comunicação e das Mídias**. São Paulo: Senac, 2010.

MALKKI, L. **Purity and Exile: Violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania**. Chicago: Chicago University Press, 1995

MARKS, L. U. Experience—Information—Image: A historiography of unfolding. Arab cinema as example. **Cultural Studies Review**, 14(1), 85–98, 2008.

SANTOS, M., PETRUS, R. E LOUREIRO, A. (orgs). (2014). **Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2014.

SCRUTON, R. Photography and representation. **Critical Inquiry**, 7(3), 577–603. 1981.

SILVA, J.C.J. *et al.* Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **Revista Brasileira de estudos populacionais**. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.15-30, jan./abr. 2017.

SOSZYNSKI, M. How do pictures represent? **Philosophy Now**, (57), 20–21. 2006.

SPENCER, S. **Visual research methods in the social sciences: Awakening visions**. London: Routledge, 2011.

TELESCA, Jennifer E. Preface: What Is Visual Citizenship?. **Humanity: An International Journal of Human Rights, Humanitarianism, and Development**. 4, 3, 339–43. 2013.

VAN DIJK, T. Editorial - Discourse and racism. **Discourse and Society**, p. 147. 1999.

WARREN, S. Photography and voice in critical qualitative management research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, 18(6), 861–882. 2005.

WRIGHT, T. Moving Images: The Media Representation of Refugees. **Visual Studies**, 17, 1, 53–66. 2002.

WRIGHT, T. Press photography and visual rhetoric. In: MARGOLIS, E. and PAUWELS, Luc (eds). **The Sage handbook of visual research methods**. London: Sage, 2016.